UM OLHAR SOBRE AS LÍNGUAS NACIONAIS: ENSINO, LITERATURA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E INDUSTRIALIZAÇÃO

Autores: Manuel Muxinda Sebastião, PhD | muxindasebastiao@gmail.com | Faculdade de Serviço Social, Universidade de Luanda

Sérgio Felisberto da Silva, MsC | tchikala97@gmail.com | Faculdade de Serviço Social, Universidade de Luanda |
Orcid Id: 0000-0002-4877-326X

Recebido: Mês, 2025 | **Aceite:** Mês, 2025 | **Publicado:** Junho, 2025

RESUMO

O presente artigo faz uma incursão histórica sobre o ensino das línguas nacionais na época colonial, destacando o empenho das missões protestantes e católicas, e as restrições a que estavam sujeitas pelas autoridades coloniais, por um lado; por outro lado, destaca o esforço que o Governo Angolano enceta no que toca à introdução do ensino das línguas nacionais nas instituições de ensino; assinala –se a ne-

cessidade delas na literatura, em que se aborda o incentivo à escrita, sua introdução nos diversos concursos literários, de âmbito local e nacional como forma de atrair potenciais escritores; analisa a sua presença na comunicação social; também aborda a industrialização das línguas nacionais, enfim aponta à necessidade de estarem presentes em outros domínios da vida nacional.

Palavras-chave: Línguas Nacionais. Ensino. Literatura. Comunicação Social. Industrialização.

ABSTRACT

This article provides a historical overview of the teaching of national languages during the colonial period, highlighting the commitment of Protestant and Catholic missions and the restrictions imposed by the colonial authorities, on the one hand; on the other hand, it highlights the efforts made by the Angolan government to introduce the teaching of national languages in educational institutions; it highlights the

need for them in literature, addressing the encouragement of writing, their introduction in various literary competitions, at local and national level, as a way of attracting potential writers; it analyses their presence in the media; it also addresses the industrialization of national languages, and finally points to the need for them to be present in other areas of national life.

Keywords: National Languages. Teaching. Literature. Social Communication. Industrialization.

INTRODUÇÃO

Atualmente, é comum ouvir abordagens multidimensionais sobre a necessidade de se resgatar e valorizar as línguas nacionais, em todos os sectores, incisivamente no ensino, na política, economia e indústria. O Governo Angolano atento a esta necessidade, fez a inserção das mesmas em todos níveis de ensino.

Neste artigo aborda – se, principalmente o ensino das línguas nacionais em todos subsistemas e em alguns centros de formação profissional. Ilustrando como o ensino das línguas nacionais é ministrado pelos docentes e, igualmente formação do corpo docente destas instituições.

Também analisa –se a literatura em línguas nacionais, destacando a necessi-

dade destas línguas estarem presentes na literatura, introduzindo – as nos concursos literários já existentes para dar lugar à cultura escrita delas e fomentar o aparecimento de potenciais escritores. Faz – se referência às línguas nacionais na comunicação social, ou seja, televisão, rádio e jornal, por conseguinte, o que tem sido feito e o que falta fazer para dar maior visibilidade a elas na comunicação social. Ainda, fala –se da identidade das línguas bantu.

Relativamente ao último assunto deste artigo, alude – se sobre a necessidade de industrializar as línguas nacionais, ou seja, colocá – las nas instruções de uso e utilidade dos produtos industriais, portanto em todas as etiquetas do material de marketing e publicidade comerciais.

ALGUNS ASPECTOS INICIAIS SOBRE O CONCEITO DE LÍNGUAS NACIONAIS

Neste particular aborda – se algumas nuances do termo línguas nacionais, pois que fazem referência às línguas de origem autóctone, neste caso todas as línguas bantu e não bantu de Angola, exequando o português. Neste quesito, alinha Ngalasso (1987, p. 120) quando afirma que língua nacional é a aquela que "(...) pertence ao património cultural de uma Nação, Nação – etnia ou Estado – Nação (...). Língua Nacional designa, por conseguinte, toda língua de origem autóctone, qualquer que seja a importância geográfica ou não, quer seja maioritária ou não." Ainda, a quem não concorde que as línguas angolanas não são nacionais, pelo facto de não ter um alcance nacional, e ainda acrescentam que seria preferível chamá – las de

línguas regionais.

Porém, segundo o Site Ciber Dúvidas da Língua Portuguesa(2025) destaca que língua nacional "(...) designa a língua mais importante de uma nação, a língua dominante, falada pela maioria dos habitantes de um país."Aqui, nesta definição destaca – se língua nacional como a mais importante e dominante de um país. No entanto, no contexto angolano, todas línguas angolanas são nacionais pelo facto de terem a sua origem no território angolano. Portanto, esta definição não se enquadra no muito contexto angolano, só faz sentido para Portugal e Brasil onde a Língua Portuguesa é língua nacional e ao mesmo tempo oficial.

BREVE HISTORIAL SOBRE O ENSINO DAS LÍNGUAS NACIONAIS EM ANGOLA

Todos os esforços da administração colonial desenvolvidos para o epistemicídio das línguas bantu em Angola, fracassaram, basta lembrar – nos da música e das canções mais ouvidas nos centros público – culturais: a música de D. Caetano, Elias Dyakimwezu, Belita Palma, João B. Vieira, David, Teta Lando, Bonga e tantos outros artistas anónimos que despertaram a consciência nacional nas línguas materno – nativas do povo em todo território angolano. Os períodos sucessivos de guerra colonial fizeram à capitulação e a rendição parcial de certos estratos da população angolana à assimilação total ou parcial da cultura e língua portuguesas, relegando para o segundo plano as línguas e culturas autóctones.

O ensino das línguas nacionais começa com a chegada das Missões Católicas e Protestantes no solo pátrio angolano. Os missionários na ânsia de evangelizar às populações encontradas, depararam – se com uma barreira, a de carácter linguístico. Então colaboraram com alguns nativos e daí aprenderam às línguas locais. Isso permitiu a elaboração dos primeiros livros didácticos e de evangelização.

Neste âmbito, as autoridades coloniais portuguesas apercebendo –se da pretensão dos missionários, restringiram o uso das línguas nacionais, por isso o Alto-Comissário de Angola, Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos exarou o Decreto nº77, em 1921, no qual espelhava:

Artigo 1º, ponto 3. É obrigatório, em qualquer missão, o uso da língua portuguesa;

Artigo 2º Não é permitido ensinar, nas escolas de missões, línguas indígenas;

Artigo 3º O uso da língua indígena só é permitido na linguagem falada na catequese e como auxiliar, no período do ensino elementar da língua portuguesa.

O decreto em referência mostra, claramente, que as autoridades coloniais portuguesas pretendiam, ansiosamente, o epistemicídio das nossas culturas e línguas nacionais. No entanto, esse desiderato não foi efectivado na íntegra. Porque os nossos antepassados souberam preservar as línguas e as suas culturas, apesar de alguns autóctones angolanos se renderem ao estatuto de assimilados, que as autoridades coloniais atribuíam, para que tivessem acesso a cultura portuguesa. Esta rendição deixou sequelas quase que incontornáveis, de apagar as bases do conhecimento e competência linguística e comunicativa da memória de muitos angolanos, sobretudo os que vivem nas grandes cidades.

A INTRODUÇÃO DAS LÍNGUAS NACIONAIS NO SISTEMA DE ENSINO

Após a independência de Angola que se deu em 1975, os angolanos sentiram à preocupação de resgatar aquilo que lhes foi negado no passado colonial, a sua identidade cultural com destaque para as suas línguas nacionais. Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola, a par desta situação, expressou a necessidade, no seu discurso, a quando da tomada de posse da Direcção da União Escritores Angolanos, em 1977, o seguinte:

O uso da língua portuguesa como língua oficial, veicular e utilizável actualmente na nossa literatura não resolve os nossos problemas.

E tanto no ensino primário como provavelmenteno médio será preciso utilizar as nossas línguas. E dada a diversidade no País mais tarde ou mais cedo tender para aglutinação de alguns dialectos para facilitar a comunicação (CADERNOS DE FRENTE CULTURAL n.º 1, 1978, p. 8, apud SAMUEL, 2009, p.19).

Neste discurso, Agostinho Neto estava convicto que a língua portuguesa por si só, não resolvia os problemas de natureza linguística do povo angolano, então apelava à necessidade de introduzir as línguas nacionais no sistema de ensino.

Neste sentido, houve a preocupação de introduzir as línguas nacionais no sistema ensino, começando pela alfabetização. Nesta senda, o governo cria através do Decreto n.º 46/85 o Instituto de Línguas Nacionais, cujo objectivo principal é o estudo científico aplicado às línguas

nacionais. Esta importante instituição esteve na base da criação do alfabeto de seis línguas nacionais (cokwe, kikongo, kimbundu, mbunda, umbundu e oshikwanhama), cujo princípio é mesmo som, mesma letra. Passada esta fase, abre – se uma nova página em relação às línguas nacionais.

Para facilitar a execução do projecto do Executivo Angolano em inserir as línguas nacionais no sistema de ensino foi promulgada a Lei de Base do Sistema de Educação, que no seu artigo 9.º, paragrafo 2 que defende que: *“O Estado promove e assegura as condições humanas, científicas - técnicas, materiais e financeiras para expansão e realização da utilização e do ensino de línguas nacionais”*. Por isso, a título experimental foram inseridas no sistema de ensino (1.º, 2.º, 3.º classes) nas províncias onde são faladas. Além disso, também foi produzido manuais para alfabetização. Ainda, a respeito disso, a Constituição de Angola (2010, p.11) no seu Artigo 12.º, no 2.º parágrafo reforça que: *“O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola”*.

Importa referir que as escolas onde foram introduzidas as línguas nacionais são as que correspondem às áreas onde são articuladas as variantes padrão, por exemplo, na província do Zaire onde se fala a variante do kikongo (kisikongo), Huambo (variante Wambu) e noutras províncias.

Também é importante recordar que já na consulta pública efetuada sobre o Plano de Acção de Educação para Todos até 2015, recomendava-se o incremento do

processo da alfabetização em línguas nacionais, essencialmente as que demograficamente mais se estendem no nosso País.

O que urge fazer é pôr em prática uma verdadeira introdução das línguas nacionais no sistema educativo, o que politicamente está aquém de se fazer, visto que nota -se isso em todas escolas do país. Temos produção de materiais, equipamentos e quadros formados, mas afinal de contas, o que falta para que as nossas línguas estejam presentes em todos aspectos da vida nacional, tal como acontece noutros países da região austral?

Relativamente à introdução das línguas nacionais nas universidades, é uma ideia louvável, mas peca pelo facto de as mesmas serem lecionadas no primeiro ano e daí em diante já não se dá continuidade em algumas instituições do ensino superior. Considerando a preocupação de promoção e extensão das línguas nativas em Angola, as línguas nacionais deviam estar presentes no currículo até o final da formação.

Apesar disso, algumas instituições têm feito alguma coisa, quanto ao ensino e promoção das línguas nacionais e também na formação de formadores, nomeadamente Faculdade de Humanidade, Faculdade de Ciências Sociais(Universidade Agostinho), Faculdade de Serviço Social(Universidade Agostinho Neto), Instituto Superior João Paulo II(Universidade Católica), Universidade Jean Piaget, Universidade Independente, os IS-CED de Luanda, Lubango e do Huambo. E sem esquecer o contributo que o ICRA de Luanda e de outras províncias têm

estado na vanguarda do ensino de algumas línguas nacionais.

Louva - se a iniciativa das instituições do ensino superior, mas é preciso também, que olhem na questão dos materiais didácticos, os conteúdos a serem ministrados e também no horizonte temporal. Por exemplo, o estudante que nunca teve contacto com uma língua nacional, em um ano, não é possível que aprenda a articular fluentemente, por isso o mais sensato seria ministrá - la até ao terceiro ano. Deste modo, os estudantes estariam habilitados a falar fluentemente. Caso contrário, vamos continuar na monotonia dos estudantes não aprender, no entanto preocupar - se apenas em tirar uma nota positiva para transitar de classe.

Para que os estudantes tenham interesse em aprender às línguas nacionais é necessário que haja incentivo por parte do Executivo Angolano, que passa pela sua utilização em todos sectores da vida nacional. Importa realçar que o estudante só aprende uma língua quando tem um propósito, é relevante, tem alguma utilidade social no seu quotidiano e poder de utiliza - la (Cf. Goodman, 1990, p.4 citado por Fernando, 2010, p.16).

Pensamos que chegou o momento de termos academias em cada região correspondente às línguas nacionais. Estas academias estariam directamente ligadas ao Instituto de Línguas Nacionais. Teriam como foco a regulação e harmonização da escrita, promover cursos de superação para profissionais de diversas áreas que lidam com as línguas nacionais como instrumento de trabalho.

LITERATURA EM LÍNGUAS NACIONAIS

Na verdade, Angola tem uma riquíssima literatura tradicional, nomeadamente os contos, as fábulas, as adivinhas e os provérbios, que são transmitidos de forma oral de geração em geração, igualmente há diversas obras escritas. Tem havido uma tentativa de recriar esses géneros literários nas músicas, onde despontam cantores consagrados da velha e da nova geração, como Bonga Kwenda, Jacinto Tchipa, Joaquim Viola, Socorro, Bessa Teixeira, Pérola, Teta Lando, Elias Dyakimwezo, Baló Januário, Justino Handanga, etc.

Um dos grandes desafios da UEA (União dos Escritores Angolanos) é o incentivo à edição e publicação das obras literárias em línguas nacionais. Neste caso, precisa-se incentivar a cultura escrita destas línguas, como forma de impulsionar os escritores e potenciais escritores nesta nova forma de pensar a literatura angolana. Para que este incentivo seja uma realidade é necessário apostar fortemente no ensino das línguas nacionais, tal como faziam as missões religiosas (católicas e protestantes) no passado colonial, exemplo disso, temos uma cultura escrita em línguas nacionais bem assente nessas instituições, e que é referência até aos dias de hoje, pois tem produzido bons frutos, neste âmbito destaca-se a publicação de obras como bíblias, cancionários, livros de catequese e outros tipos de obras. Ainda vale realçar, que

Isto não será possível a não ser que a escola assuma a formação no seu seio, de pessoas capazes de valorizar, ao alto nível de elaboração, estas práticas artísticas bem como capazes de escrever, sem comple-

xos, em línguas nacionais. Há sempre público; este nada mais deseja do que ser iniciado na escrita das línguas nacionais enquanto modo novo de conhecimento e instrumento de uma cultura moderna fundamentada em valores verdadeiramente africanos. Para isso é preciso trabalhar no sentido de descomplexar as mentalidades dando às línguas nacionais uma função efetivamente maior (Ngalasso, 1987, pp.124 - 125).

Neste caso, o grande apelo vai para escola para que exerça o seu papel fundamental que é a formação baseada nas línguas nacionais, para posteriormente incentivar as pessoas a escrever nestas línguas e dando maior abrangência em termos funcionais.

A divulgação da literatura, ou seja, “a mediatização da cultura africana, [...] isto é, a sua expressão (teatralização e/ou ludificação), veiculação, interpretação e apreciação verbais numa língua exógena, fenómeno generalizado em África, encontra terreno historicamente fertilizado pelo lusotropicalismo nos “países africanos de expressão oficial portuguesa”, sob forma de literatura.”(Muária, 1996, p. 334). No entanto, não se pode continuar nesta senda, sob pena de perder-se o rico património cultural que Angola e que clama pela sua constantemente preservação e dinamização, deste modo é preciso incentivar a escrita nas línguas nacionais. Porém, tendo em conta o passado histórico do nosso país, é fundamental respeitar todas as tendências de escritores (Op.cit, s/d, p.335 - 356), que são agrupadas em três: Crioulização, Justaposição e mediatização. Aqui, importa

optar pela última tendência que defende a coexistência pacífica entre a literatura feita em língua angolana e expressão em língua portuguesa.

Os vários movimentos literários de jovens que já existem, por exemplo, a Brigada Jovem de Literatura, Lev'Arte, O Movimento Literário Litteragris e outros que possam surgir seria uma mais valia inserir na sua programação, apresentações em línguas nacionais para que incentivem os mais jovens a ter interesse e gosto pela escrita delas. A par do que já se disse em relação ao papel fundamental da escola no ensino das línguas nacionais e sua respectiva valorização, também é importante que as diversas instituições que patrocinam concursos literários, que apostem nos concursos de literatura em línguas nacionais para promover o aparecimento de escritores nestas línguas. Por exemplo existe o Prémio Nacional de Cultura e Arte, pode-se inserir na categoria de Literatura e Investigação, a vertente relacionada com as línguas nacionais, assim seria um prémio mais abrangente e atractivo a geração de novos escritores, aqui é importante destacar que se começaria com as línguas de maior difusão, posteriormente se introduziria outras línguas de menor alcance do ponto de vista de falantes.

Comunicação social e identidade de línguas bantu

Actualmente, *"a sociedade moderna é cada vez marcada pela comunicação social. Dai a importância e o relevo crescente da comunicação social assume na vida dos cidadãos, quer na construção do presente, quer na construção do seu futuro."* (Carvalho, 2003, p.58). Neste caso, é um imperativo que as línguas nacionais tenham uma presença marcante na comu-

nicação social, ou seja, que sirvam para abordar várias temáticas, igualmente, é o veículo mais privilegiado para alcançar as pessoas de todos estratos sociais.

No contexto da comunicação social, as línguas nacionais, notam-se com mais incidência na imprensa falada.

Na televisão é preciso que haja um espaço em que a emissão de uma língua nacional seja feita ao longo de todo dia, por exemplo, Luanda é um espaço da etnia Ambundu, então haveria um canal de rádio ou televisão que só apresentaria a sua emissão em kimbundu. Isso seria uma forma de promover e atrair mais cidadãos a ter o gosto pelas línguas nacionais.

Outra forma de promover as línguas em referência na comunicação social é a abertura de rádios comunitárias que divulguem notícias em línguas nacionais, apresentando temas da actualidade, nomeadamente política, cidadania, educação, etc.

Há uma lacuna muito grande, em relação a imprensa escrita, pois não há jornais nem revistas. É necessário que o *"Jornal de Angola"* e *"O País"*, que são jornais diários do nosso país apostem em informar em línguas nacionais. Este apelo também vai dirigido ao jornal regional *"O Planalto"* e outros para que comecem a publicar em línguas nacionais. Isso pode contribuir para o incentivo à cultura escrita destas línguas nos jornais.

Há programas de rádio apresentados em línguas nacionais, por exemplo em Luanda (Balumuka) e no Huambo (Pasuka) às manhãs são verdadeiros campeões de audiências porque retratam temas do quotidiano dessas duas províncias. Pro

gramas como esses reforçam igualmente o aprendizado das línguas nacionais e a identidade cultural, por isso é necessário que iniciativas deste género surjam noutras estações de rádio. Assim, Angola estará em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos(1992), no seu artigo 3º, parágrafo 2 que diz: “o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura dos grupos nos meios de comunicação.”

É importante abrir aqui um parêntesis, relativamente a publicidade em línguas nacionais, pois há uma agência de publicidade em Luanda a apostar nesta vertente e incluindo um centro de medicina natural que está a fazer publicidade dos seus serviços em umbundu.

A presença das línguas nacionais na comunicação social, cumpre com um dos pressupostos da Constituição de Angola, o dever de informar e de ser informado. Ademais, promove à inclusão social, na medida em que os locutores dessas línguas não se sintam excluídos, por saber que podem aceder informações da actualidade. Igualmente, se estará em conformidade com os direitos consagrados na Carta dos direitos linguísticos, que todo individuo tem o direito de se comunicar e ser atendido na sua língua materna.

Apesar de não haver muitos prémios de jornalismo em Angola com a presença marcante das línguas nacionais, entretanto considera -se a iniciativa de algumas empresas do sector público e privado louváveis em realizar e promover prémios de jornalismo e inserir a categoria de jornalismo em línguas nacionais, por exemplo, o caso do “Prémio Catoca de Jornalismo” que abarca a categoria “Prémio de Jornalismo em Língua Nacional”, que visa promover e premiar

os jornalistas que lidam com as línguas nacionais, além disso, este prémio ajuda a credibilizar esses profissionais na sua área e junto do público ouvinte ou telespectador.

É importante destacar que este prémio de forma geral, segundo Pedro Capumba que

o prémio surge como reconhecimento da importância do papel da actividade desenvolvida pelos jornalistas, que colocam todo o seu saber para informar, educar e entreter. Recordou que o prémio visa estimular os profissionais que se destacam, anualmente, primando pela qualidade, rigor e o sentido de oportunidade dos profissionais (Angop, 2024).

Com que caracteres se postula a identidade das línguas bantu? A palavra bantu faz parte do vocabulário de todas as línguas de origem da língua que tem o mesmo nome. É usada para fazer o plural de munthu ou muthu. Vamos exemplificar logo a seguir, com o uso da língua kikongo: Bantu eyokele kumfumu bavutukidi? «As pessoas que foram a caça já voltaram?» Todas as línguas bantu gozam de prefixação em a sua manifestação e daí que fazem a noção do plural uma partícula que gramaticalmente corresponda com o número ou grau gramatical que lhe corresponde.

A sociedade bantu é uma zona sociológica, segundo os estudos de M. Guthrie e de J. Greenberg acerca das línguas de África ao Sul do Sahara. Esses estudos permitiram demonstrar que tantas as línguas do Sul dos Camarões até Angola como as de Uganda a África do

sul, todas elas têm a mesmas raízes ntu que pressupõe uma zona nuclear comum antes daqueles povos emprenderem as suas migrações, por pequenas vagas, para Leste e Sul do continente africano, há cerca de 4000 anos. (Yambo, 2003, pp. 8 - 9).

O facto das línguas bantu terem uma

matriz comum, faz com que apresentem vários aspectos semelhantes, a saber morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais entre outros.

Assim, a comunicação social serve de ponte para promover, preservar e valorizar as línguas nacionais, por outro lado reforçar a identidade bantu dos angolanos em particular.

INDUSTRIALIZAÇÃO

Antes de abordar a respeito deste tema, é necessário definir o conceito de industrialização. Segundo o Dicionário de Língua Portuguesa (2013, p.899), a industrialização “*processo que consiste em aumentar o peso do sector industrial na economia a nível regional ou nacional*”.

Como fala - se, actualmente, da diversificação da economia, também as nossas línguas devem acompanhar esta dinâmica. As indústrias podem ganhar muito com a introdução das línguas nacionais na sua cadeia de valores e também no comércio. Ao fabricar as embalagens dos produtos, as instruções de como se devem utilizar e manusear os mesmos, além da língua portuguesa, devem constar as línguas nacionais correspondentes às regiões onde os produtos são comercializados. Portanto, atrairia mais clientes, originando resultados positivos para

o volume de negócios das indústrias, por um lado; e por outro lado, as empresas que praticam o comércio retalhista também aumentariam as suas vendas.

A industrialização das línguas nacionais não pode ser somente vista no âmbito dos lucros das indústrias ou das empresas de comércio retalhista e grossista, mas igualmente como uma forma de incentivar que mais cidadãos tenham interesse em estudar as línguas nacionais, e posteriormente facilitar a sua inserção no mercado de trabalho.

Alguns países da África Austral, neste domínio, estão muito avançados, pois as empresas de telefonia móvel, e as de comércio, apostaram fortemente, nas línguas locais. A exemplo do que acontece com países como Namíbia, África do Sul, Tanzânia.

CONCLUSÃO

A introdução das línguas nacionais, hoje, no ensino é uma realidade, mas carece de outros pressupostos para seja mais efectiva e eficiente, visto que ainda, em muitas escolas de Angola não se fazem sentir. Deste modo, o Executivo Angolano deve acelerar à sua presença em todas níveis de ensino, proporcionando meios de ensino, recursos humanos e outros meios para que tal desiderato se cumpra de acordo com a nossa constituição e outros tratados internacionais da qual Angola é signatária. A literatura em línguas nacionais, entre outras vantagens, incentiva o surgimento de potenciais escritores, reforça a cultura escrita, neste caso, promovendo -as cada vez mais a grandes patamares tal como acontece outras línguas africanas de maior difusão.

A presença das línguas nacionais comunicação social, cumpre com um dos pressupostos da Constituição de Angola, o dever de informar e de ser informado. Ademais promove a inclusão social, na medida em que os locutores dessas línguas não se sintam excluídos, por saber que podem aceder informações da actualidade. Igualmente, se estará em conformidade com os direitos consagrados

na Carta dos Direitos Linguísticos(1992), que todo individuo tem o direito de se comunicar e ser atendido na sua língua materna.

Industrialização das línguas nacionais incentiva a cultura escrita, atrai mais clientes pelo facto das informações dos produtos serem nas línguas que eles conhecem melhor, o que resulta em mais lucros, nas empresas; promove o emprego, ou seja, que mais profissionais formados em línguas nacionais (a nível médio e superior) tenham acesso ao mercado de trabalho.

Todos aspectos abordados neste artigo devem merecer alguma atenção por parte de quem lida, nomeadamente o Executivo angolano, os profissionais formados em línguas angolanas, as instituições de ensino, comunicação social e outras áreas para que estejam, efectivamente presentes em todos sectores. Assim, também podemos combater a pobreza e diversificar a economia, ou seja, permitir que muitos cidadãos tenham acesso a várias oportunidades que o mercado de trabalho apresenta, não somente os formados especificamente, mas também o cidadão comum.

BIBLIOGRAFIA

António, S.(2009). *O Ensino das Línguas Nacionais em Angola como Factor de Desenvolvimento*. (monografia não publicada), Faculdade de Letras, Luanda, Angola. Angola. Assembleia Nacional. (2001) Lei Nº 13/01 de 31 de Dezembro. Lei de Bases do Sistema de Educação. Diário da República, I Série, Nº 65, 31 de Dezembro de 2001, Luanda: Imprensa Nacional.

_____. Assembleia Nacional. (2010) *Constituição da República de Angola*. Diário da República, I Série, Nº 23, 5 de Fevereiro.

Azevedo, F.J.F (2010). *Metodologia de Língua Portuguesa*. Luanda : Plural Editores. Boletim Oficial de Angola, nº 5, Luanda : 1921.

Candidatura para o Prémio de Jornalismo Catoca. Disponível em : <https://angop.ao/noticias/economia/candidaturas-para-premio-catoca-de-jornalismo-decorrem-ate-28-de-marco/>. Acessado em 16/04/2024.

Centro de Estudos Angolanos (1965). *História de Angola*. Argel : Edições Afrontamentos.

Angola. Assembleia Nacional. (2001) Lei Nº 13/01 de 31 de Dezembro. *Lei de Bases do Sistema de Educação*. Diário da República, I Série, Nº 65, 31 de Dezembro de 2001, Luanda: Imprensa Nacional.

_____. Assembleia Nacional. (2010) *Constituição da República de Angola*. Diário da República, I Série, Nº 23, 5 de Fevereiro.

Dicionário da Língua Portuguesa, (2013). Lisboa : Porto Editora.

DIÁRIO DA REPÚBLICA DE ANGOLA, (1987). *Alfabeto das Seis Línguas*. Luanda: ILN. Duarte, I.(2000). *Língua Portuguesa Instrumento de análise*. Lisboa :Universidade Aberta.

Freixo, M. J. V (2006). *Teorias e Modelos de Comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget. Instituto de Línguas Nacionais (1980). *Histórico sobre a Criação dos Alfabetos das Línguas Nacionais*. Departamento de Investigação Científica. Luanda :ILN.

Koch, S. I (1998). *Linguística aplicada ao português: sintaxe*, São Paulo : Cortez editora.

Lei de Base de Educação nº 13/01.

Muária, J. Mateus (1996). *Angolanização de culturas ou aculturação de Angola : o espaço linguístico e a perspectiva de Neto*. In A voz igual : ensaios sobre Agostinho. Luanda : MPLA.

Ngalasso, M.M (1987). *As línguas nacionais na educação nacional*. Présence Africaine. Vol. 1. 109-129.

Ntondo, Z, Fernandes, João (2002). *Angola: Povos e Línguas*. Luanda : Editorial Nzila.

Centro de Estudos Angolanos, (1965). *História de Angola*, Edições Afrontamentos, 1ª edição, Argel.